

MINUTA

Anexo D, do Edital de Credenciamento nº 03/2021, do CeIMSPA

MARINHA DO BRASIL

CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM SÃO PEDRO DA ALDEIA

TERMO DE CREDENCIAMENTO COM ORGANIZAÇÃO DE SAÚDE EXTRA-MARINHA (OSE) - CLÍNICA ODONTOLÓGICA

Nº _____/____

Termo de Credenciamento celebrado entre a **União**, por intermédio da **Marinha do Brasil** através do Centro de Intendência da Marinha em São Pedro da Aldeia, e

_____,
para prestação de serviços complementares de atendimento de Emergência/Urgência odontológica de 24h, aos beneficiários do Fundo de Saúde da Marinha (FUSMA), na área de abrangência da Policlínica Naval de São Pedro Aldeia.

A União, por intermédio do **CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM SÃO PEDRO DA ALDEIA** (CeIMSPA), com sede na rua Comandante Ituriel s/nº - bairro Base Aérea Naval - Município de São Pedro da Aldeia - RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.502/0398-65, neste ato representado pelo Sr. LEANDRO RUBINO RAMOS, nomeado pela Portaria nº 255/MB, de 19 de agosto de 2020, publicada no DOU de 24 de agosto de 2020, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Ordem de Serviço nº 4, de 13/01/2021, doravante denominado simplesmente **CREDENCIANTE** e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, CEP _____, no Município de _____ - Estado _____, doravante denominada **CREDENCIADA**, neste ato representada pelo Senhor (a) _____, portador da Cédula de Identidade nº _____ e CPF nº _____, tendo em vista o que consta no Processo nº 63398.000044/2022-57, Termo de Justificativa de Inexigibilidade de Licitação (TJIL) nº 03/2021, com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações, e nas demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1. O presente Termo de Credenciamento será regido pelo disposto na Lei nº 8.666/1993 e demais legislação aplicável ao assunto.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

2.1. O presente termo vincula-se ao Termo de Justificativa de Inexigibilidade de Licitação nº 03/2021, ratificado em ___ / ___ / 2022 pelo Comando da Força Aeronaval, nos termos do parágrafo único do art. 38, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA APROVAÇÃO DA MINUTA

3.1. O Termo de Credenciamento foi examinado e aprovado juridicamente pela Consultoria Jurídica da União no Estado do Rio de Janeiro, sendo atendidas as recomendações constantes do Parecer nº _____, nos termos do parágrafo único do Art. 38, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUARTA - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

4.1. De acordo com as normas aprovadas pela Portaria nº 180/MB/2001, alterada pelas Portarias nº 236/MB/2002, 258/MB/2003, 111/MB/2004, 258/MB/2012, 159/MB/2013, 626/MB/2014 e 26/MB/2021, o Comandante de Operações Navais tem competência para assinar este acordo e seus documentos decorrentes em nome da MARINHA DO BRASIL. O Comandante de Operações Navais, pela Portaria nº 12/2020, subdelegou competência ao Comandante em Chefe da Esquadra para assinar este acordos e seus documentos decorrentes. O Comandante em Chefe da Esquadra subdelegou competência ao Comandante da Força Aeronaval, pela Portaria nº ___/2022, que subdelegou competência ao Diretor do Centro de Intendência da Marinha em São Pedro da Aldeia pela Portaria nº ___/2022, para assinar este Termo de Credenciamento e seus documentos decorrentes.

4.2. De acordo com o Estatuto Social, o (a) Sr. (Sra.) _____, CPF nº _____ (Cargo ou função), tem competência para assinar este acordo em nome da CREDENCIADO.

CLÁUSULA QUINTA - OBJETO

5.1. O objeto deste Edital é o credenciamento de Organizações de Saúde Extra-Marinha (OSE) e de Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) interessados na **prestação de serviços complementares de assistência odontológica para atendimento de Emergência/Urgência de 24 horas** aos beneficiários do Sistema de Saúde da Marinha contribuintes do Fundo de Saúde da Marinha (FUSMA), conforme disposição legal, nos municípios de acordo com o disposto no Anexo B, da DGPM-401 (3ª Revisão – Mod. 6).

5.2. Integram o presente Termo de Credenciamento, independentemente de transcrição, o Edital de Credenciamento nº 03/2021, com seus Anexos, Apensos.

5.3. O credenciamento fica adstrito aos procedimentos caracterizados como de urgência/emergência de acordo com a tabela do Apêndice I e descritos no **Certificado de Registro Cadastral (CRC)**.

CLÁUSULA SEXTA - DA MANUTENÇÃO PELO CREDENCIADO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

6.1. Obriga-se o CREDENCIADO a manter, durante a vigência contratual, todas as condições para habilitação demonstrada para credenciamento, de modo a garantir o cumprimento das obrigações assumidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO

7.1. Os serviços deverão ser prestados nas dependências das clínicas credenciadas.

7.2. Os beneficiários do SSM/FUSMA deverão apresentar a carteira de identidade militar. Em caso de perda ou roubo, o militar ou seu dependente deverá apresentar outro documento de identificação próprio (carteira de identidade, certidão de nascimento ou outro documento que o identifique).

7.2.1. Quando o beneficiário não possuir o respectivo cartão de beneficiário deverá apresentar no ato do atendimento a Declaração Provisória de Beneficiário do SSM/FUSMA, fornecida pelo Departamento de Pessoal da Organização Militar onde o militar/servidor é lotado, acompanhada da carteira de identidade militar ou, caso não possua, outro documento de identificação próprio (carteira de identidade, certidão de nascimento ou outro documento que o identifique).

7.3. O atendimento de pacientes deverá ser realizado conforme o disposto a seguir:

7.3.1. O **CREDENCIADO** impreterivelmente antes da execução do atendimento, deverá entrar em contato com a Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia para confirmação da situação do paciente junto ao FUSMA, de maneira a confirmar se o mesmo faz jus ao atendimento. Os serviços prestados sem que tenha sido concedida a devida autorização, serão de inteira responsabilidade do **CREDENCIADO**, inexistindo qualquer ônus para a Marinha do Brasil ou seu representante;

7.3.2. Os serviços prestados poderão ser glosados se não caracterizada urgência ou emergência de acordo com os procedimentos previstos no **item 7.2** do Apêndice I, cabendo ao CREDENCIADO justificar tempestivamente os mesmos através do preenchimento da Guia de Atendimento Odontológico (Anexo J do edital), anexando as tomadas radiográficas comprobatórias sendo ao menos uma prévia ao início do tratamento comprovando a necessidade da intervenção e uma final após a realização do procedimento quando assim couber;

7.3.3. O atendimento eletivo prestado ou qualquer desdobramento dele resultante, seja ele simples consulta odontológica, exame, curativo, administração de medicamentos, ou procedimento reabilitador mais complexo sem que antecipadamente tenha sido concedida autorização da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, será de inteira responsabilidade do **CREDENCIADO**, inexistindo qualquer ônus para a Marinha do Brasil ou seu representante;

7.3.4. É vedada a CREDENCIADA cobrar diretamente ao usuário autorizado pelo CREDENCIANTE, qualquer importância por serviços prestados relativos ao objeto deste Credenciamento. É vedada a cobrança de sobretaxas, cauções, depósitos, custos extras de material e assinatura do paciente em guias em branco;

7.3.5. Fica o **CREDENCIADO** obrigado a estar em condições de preencher e enviar a Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia a Guia de Atendimento Odontológico devidamente preenchida, onde conste o relato detalhado dos procedimentos realizados, descrição e marca do(s) material(is) utilizado(s), situação clínica do paciente, por ocasião de seu comparecimento às

dependências do **CREDENCIADO** para o atendimento de urgência/emergência. O pagamento dos honorários previstos nesse edital ao **CREDENCIADO** será realizado somente mediante o envio das Guias de Atendimento devidamente preenchidas e com as respectivas radiografias comprobatórias prévia e final, quando assim couber, para que seja realizada a auditoria do documento e comprovação da execução dos procedimentos detalhados.

7.3.6. Por ocasião da análise do exame radiológico/imagem enviado junto a Guia de atendimento, o contratante reserva-se o direito de solicitar que os mesmos sejam revistos/refeitos pelo contratado caso sejam considerados insatisfatórios ou não sejam suficientes para uma correta avaliação do(s) procedimento(s) realizado(s). Uma vez constatadas imprecisões e falhas nos procedimentos, o contratante enviará ao contratado comunicação escrita para as providências necessárias. Caso contrário, a Guia de Atendimento permanecerá sem autorização para pagamento, podendo ser cancelada/glosada parcialmente/totalmente e o paciente poderá, inclusive, ser encaminhado a outro CREDENCIADO para realização do procedimento.

CLÁUSULA OITAVA - PREÇOS

8.1. Os preços dos procedimentos, objeto deste Termo de Credenciamento, obedecerão à tabela constante no item 7.2 do Apêndice I do Projeto Básico.

CLÁUSULA NONA - DOS REAJUSTES

9.1. Os valores decorrentes do Edital devem ser fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 meses, nos termos do art. 1º, da Lei 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

9.2. Após o decurso de cada 12 meses da assinatura do contrato, havendo interesse mútuo entre a CREDENCIANTE e a CREDENCIADA na continuidade do contrato que entre si firmaram, nos termos do Anexo IX da Instrução Normativa nº05, de 25 de maio de 2017, da SEGES/ME, poderão ocorrer reajustamentos anuais dos preços, após acordo prévio entre a CREDENCIANTE e a CREDENCIADA, observando-se os seguintes critérios:

9.2.1. Os valores constantes nas tabelas oficiais (CBHPM, COFFITO, CRP, SIMPRO, dentre outras) poderão ser reajustadas na medida em que tais tabelas venham a sofrer reajustes;

9.2.2. Os valores prefixados no Edital, que tenham sido estabelecidos por meio de pesquisa de mercado, poderão sofrer reajustes com base nos índices do IPCA, ou outro índice que o substitua.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FATURAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

10.1. Do faturamento

10.1.1. As faturas concernentes aos serviços prestados serão apresentadas pelo CREDENCIADO em 01 (uma) via em nome do **Centro de Intendência da Marinha em São Pedro da Aldeia** entre os dias 01 (um) e 10 (dez) do mês subsequente ao atendimento. Essas deverão relacionar os USUÁRIOS atendidos no período e os respectivos serviços efetuados, bem como apresentar em anexo as Guias de Atendimento Odontológico(GAO) originais na ordem de apresentação dos

nomes dos pacientes e as solicitações de emergência, assinadas pelos usuários ou por representante legal.

10.1.2. A fatura deve discriminar dados da Guia de Atendimento Odontológico(GAO), número da guia, dados do usuário atendido (nome e NIP), dados do atendimento (data, código e nome do serviço), valor em Reais por item discriminado e valor total da fatura.

10.1.3. Não será permitido referenciar uma GAO que tenha sido anexada em outra fatura ou que será incluída em fatura no futuro.

10.1.4. A entrega das faturas ao CREDENCIANTE deverá respeitar as datas e horários regulados e informados pela Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia. As alterações de datas e horários serão feitas a critério do CREDENCIANTE, e serão informadas previamente, sendo que a falta deste não implicará em obrigação do CREDENCIANTE em receber a fatura.

10.1.5. Eventualmente, as faturas deverão ser apresentadas adicionalmente e a qualquer tempo, mediante solicitação do CREDENCIANTE.

10.2. Da lisura e glosas

10.2.1. As faturas apresentadas pelo CREDENCIADO referente aos serviços prestados aos usuários do CREDENCIANTE serão submetidas à lisura pré-pagamento.

10.2.2. É reservado ao CREDENCIANTE, mediante análise técnica e administrativa, o direito de glosa total ou parcial nos procedimentos apresentados, em desacordo com as disposições contidas neste Termo de Credenciamento, de acordo com a legislação complementar aplicável e atos normativos pertinentes.

10.2.3. O CREDENCIANTE terá prazo de 20 (vinte) dias corridos para realizar a auditoria das contas, contados a partir da data de entrega da fatura, emitindo um relatório de lisura/glosa. O referido prazo poderá ser estendido no caso da fatura ser solicitada para análise da Diretoria de Saúde da Marinha.

10.2.4. Para as faturas que tiverem seus valores parcial ou totalmente glosados, será aberto um Processo de Glosa, registrando as razões das glosas efetuadas, discriminando o item e valor das mesmas, conforme tabela descrita no APÊNDICE I.

10.2.5. O CREDENCIADO será notificada por meio de contato telefônico, correio eletrônico, ou outros meios se disponíveis, da existência do Processo de Glosa, devendo a mesma retirar o processo, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a notificação. A não observância do prazo de retirada pelo CREDENCIADO resultará no pagamento pelo valor corrigido pelo CREDENCIANTE, não cabendo àquela recurso posterior.

10.2.6. O CREDENCIADO, em caso de concordância com os valores glosados, deverá registrar por escrito no Processo de Glosa, a aceitação dos valores glosados pelo CREDENCIANTE.

10.2.7. O CREDENCIADO, em caso de discordância dos valores glosados pelo CREDENCIANTE, terá prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data de retirada do Processo de Glosa, para recorrer da glosa, também por escrito, em folha a ser incluída no processo, com a devida justificativa de revisão do valor ou itens glosados pelo CREDENCIANTE. Em casos de glosas parciais, o CREDENCIANTE realizará o pagamento parcial da fatura e aguardará a apresentação do recurso de glosa pelo CREDENCIADO.

10.2.8. No caso do CREDENCIADO retirar o Processo de Glosa e não apresentar recurso de glosa no prazo estipulado acima serão pagos os valores corrigidos pelo CREDENCIANTE, não cabendo recurso posterior.

10.2.9. O recurso de glosa deverá ser entregue na forma escrita juntamente com o Processo de Glosa na Secretaria de Comunicações (SECOM) da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia. O recurso de glosa poderá ser deferido ou não pelo CREDENCIANTE.

10.2.10. Finalizado a auditoria sobre o Processo de Glosa, será registrada a aceitação por ambas as partes no Processo. Nos casos de glosas injustificadas realizadas pelo CREDENCIANTE, o mesmo, terá um prazo de 30 (trinta) dias após emissão de nota fiscal para complementar o pagamento ao CREDENCIADO.

10.2.11. No caso de glosas justificadas, em que os procedimentos tenham sido realizados em desconformidade com este Credenciamento ou demais normas éticas, o CREDENCIADO não poderá recorrer diretamente ao USUÁRIO para se ressarcir sem autorização prévia, formal, por parte do CREDENCIANTE.

10.2.12. Dos motivos de glosas:

10.2.12.1. Serão motivos de glosa por parte do CREDENCIANTE:

- a) Apresentação da fatura junto com CÓPIA da Guia de Atendimento Odontológico (GAO);
- b) GAO em nome de outro prestador de serviço;
- c) GAO fora da vigência;
- d) Realização de serviços não cobertos por este credenciamento;
- e) A falta da data de atendimento na fatura;
- f) A falta de data ou da assinatura do usuário na GAO será motivo para glosa;
- g) A falta de data ou da assinatura do usuário na GAO será motivo para glosa;
- h) Falta do relatório justificando a urgência/emergência;
- i) Falta do horário de atendimento de emergência/urgência;
- j) Faturamentos em desacordo com o Apêndice I, parte integrante do Edital;

10.2.13. O CREDENCIANTE não reconhecerá as despesas referentes às Guias de Atendimento Odontológico (GAO) anexadas às faturas com data de encaminhamento superior a 30 (trinta) dias após a execução dos serviços.

10.3 Do pagamento

10.3.1. O CREDENCIADO apresentará a Nota Fiscal, em até 05 (cinco) dias úteis após solicitação do CREDENCIANTE, para permitir a continuidade do processo de pagamento (liquidação e pagamento).

10.3.2. O pagamento da despesa pelo agente receptor se dará através de crédito bancário na conta da empresa, desde que haja disponibilidade de recursos financeiros repassados pelo Tesouro Nacional ou pelo Fundo de Saúde da Marinha, para atender o cronograma de desembolso, conforme previsto no Parágrafo Único, do Art. 9º, combinado com o Art. 12, do Decreto no 1.054/94.

10.3.2.1. Em todas as fases do processo de pagamento será verificada a regularidade fiscal do CREDENCIADO, por meio de consulta ao SICAF. O processo de pagamento terá seu andamento interrompido quando for verificada a falta de atualização de uma ou mais certidões obrigatórias (Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), mediante a emissão da Certidão Negativa de Débitos; Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), e emissão do Certificado de Regularidade para com a Fazenda Federal acompanhada da Certidão da Dívida Ativa da União, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal).

10.3.3. O CREDENCIANTE realizará o pagamento das faturas apresentadas nas condições prescritas, se julgadas regulares e após a lisura, dentro de um prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento da Nota Fiscal de Serviço.

10.3.4. Não serão efetuados pagamentos ao CREDENCIADO quando ocorrerem as seguintes situações:

- a) Enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidade ou inadimplência contratual por parte do CREDENCIADO;
- b) Não apresentação dos demonstrativos dos serviços prestados, nas condições prescritas pela CREDENCIANTE;
- c) Enquanto houver pendência de liquidação de qualquer obrigação de ordem financeira, previdenciária ou obrigações sociais por parte do CREDENCIADO.

10.3.5. Em hipótese alguma o CREDENCIADO poderá submeter, ao paciente que está sendo atendido, qualquer assunto referente a pagamento de serviços prestados que estejam sendo objeto de discussão entre as partes, com a finalidade de não prejudicar a saúde do paciente.

10.3.6. O CREDENCIADO declarará, até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês de dezembro de cada ano, quais as faturas e valores em aberto (ou seja, não pagas) sem emissão de nota de empenho considerando o mês de novembro como limite inclusive.

10.3.7. A não observância do item acima presume a inexistência de débitos anteriores ao mês de dezembro do ano em curso.

10.3.8 Quando houver divergências dos valores apresentados na declaração, o CREDENCIANTE comunicará por escrito o CREDENCIADO o dia oportuno para prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Os recursos para amparar as despesas decorrentes dos serviços realizados com base nos credenciamentos oriundos deste processo correrão a conta de recursos específicos consignados na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 00001/91181

Fonte: 0170702303

Programa de Trabalho: 174668

Elemento de Despesa: 339039

PI: B42201002DU

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A fiscalização será exercida pelo Gestor, Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico do Contrato, especialmente designados por Portaria a ser emitida pelo Diretor do Centro de Intendência da Marinha em São Pedro da Aldeia, composto por militares e/ou servidores civis, pertencentes a esta Policlínica.

12.2. O Gestor, Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico terão plenos poderes para:

12.2.1. Exigir da CREDENCIADA a retirada imediata de qualquer dos prepostos desta que embarcem a sua ação fiscalizadora ou que não sejam considerados pelo CREDENCIANTE capazes para o fim desejado, independentemente de justificativas; e

12.2.2. Glosar o pagamento de honorários de qualquer atendimento que não tenha sido executado de acordo com os especificados nos documentos pertinentes.

12.3. A fiscalização ocorrerá mediante apresentação por parte da **CREDENCIADA** dos documentos comprobatórios do atendimento: Guia de Atendimento devidamente preenchida e assinada pelo paciente e radiografias comprobatórias quando couber para posterior avaliação da Comissão de Fiscalização. Para a consecução desta ação, serão observados os critérios estabelecidos de habilitação/fiscalização e das características de atendimento constantes do Edital.

12.4. Somente serão pagos os serviços já realizados, aprovados e certificados pelo Fiscal do Contrato.

12.5. O prazo para comunicação de glosas será de 20 (vinte) dias.

12.6. O prazo para apresentação de recursos contra glosas será de 05 (cinco) dias.

12.7. O prazo para revisão de glosas será de 10 (dez) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

13.1. O **CREDENCIADO**, conforme previsto nos serviços ofertados no seu **Certificado de Registro Cadastral (CRC)**, no que couber, deverá:

13.1.1. Fornecer a supervisão e toda a mão de obra direta e indireta, técnica e administrativa, necessárias à execução dos serviços, assumindo toda a responsabilidade decorrente de legislação trabalhista e previdenciária, incluindo eventual seguro contra acidentes de trabalho, como única empregadora;

13.1.2. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia ou com a Marinha do Brasil;

13.1.3. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles;

13.1.4. Admitir, demitir, classificar, reclassificar, promover, transferir, substituir, reajustar e modificar condições de contratos de trabalho, de acordo com a sua política administrativa de pessoal e observadas as disposições vigentes, ficando estabelecido para todos os efeitos legais

que não há vínculo empregatício entre o CREDENCIANTE e o pessoal que porventura vier a ser designado pelo CREDENCIADO para prestação dos serviços aqui especificados;

13.1.5. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados a este Credenciamento, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou continência;

13.1.6. Manter, nos serviços solicitados, pessoal tecnicamente qualificado. A responsabilidade técnica pelos profissionais prepostos do CREDENCIADO e regularidade perante seus órgãos de classe são de responsabilidade exclusiva do CREDENCIADO e qualquer falta neste sentido será motivo para rescisão contratual;

13.1.7. Fornecer materiais permanentes, materiais de consumo e todo o material necessário à prestação dos serviços especificados aqui pelo pessoal designado pelo CREDENCIADO (equipamentos, material clínico, material cirúrgico, material de higiene, utensílios, impressos, material de escritório, etc);

13.1.8. Emitir notas fiscais e/ou faturas, as quais serão enviadas à Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, para auditoria e aprovação, que deverão conter relatório descritivo de procedimentos executados.

13.1.9. Comunicar a Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia (CREDENCIANTE), por escrito, mudança de endereço, de dias e horários de atendimento aos USUÁRIOS, corpo clínico, exames e serviços prestados, com antecedência mínima de 30 (trinta dias) dias. Assim como fornecer todos os documentos que tenham validade definida no mesmo prazo (Ex: licença de funcionamento tem validade por um ano);

13.1.10. No caso de ocorrer rescisão contratual, independente da parte que deu causa ao rompimento, a conduta profissional, perante o paciente em tratamento será pautada pelos princípios do Código de Ética da categoria;

13.1.11. Aceitar e acatar os atos normativos ou regulamentos emitidos pela Direção da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, e pelo Ministério da Defesa, atendendo às suas normas e diretrizes;

13.1.12. O prestador do serviço (CREDENCIADO) é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do credenciamento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado;

13.1.13. Permitir a Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia avaliar o atendimento e os serviços prestados aos USUÁRIOS, por intermédio de auditorias (Visitas Técnicas) específicas realizadas por profissionais do quadro da Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia que se reserva o direito de recusar ou sustar os serviços quando não atenderem ao estipulado em portarias normativas;

13.1.14. Responder tempestivamente a todos os questionamentos que os auditores julgarem necessários para a melhor fiscalização dos serviços prestados;

13.1.15. Desenvolver diretamente os serviços credenciados, não sendo permitida a subcontratação dos serviços que se relacionem especificamente ao objeto do credenciamento, sob pena de rescisão contratual imediata, salvo quando previamente comunicado e autorizado pela Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia, por meio de Parecer Técnico;

13.1.16. Os serviços contratados serão prestados diretamente pelo profissional credenciado, em se tratando de Pessoa Física, ou por profissional da própria Organização de Saúde Extra Marinha, entendendo-se como tal:

13.1.16.1. O membro do Corpo Clínico da CREDENCIADA;

13.1.16.2. O profissional que tenha vínculo de emprego com a CREDENCIADA; e

13.1.16.3. O autônomo que presta serviço à CREDENCIADA em caráter regular, equiparando-se o profissional de saúde, integrante de empresa, grupo ou sociedade de profissionais que exerçam atividade na área de saúde, em caráter regular, nas instalações da CREDENCIADA; e

13.1.17. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Credenciamento.

13.1.18. A CREDENCIADA responderá por eventuais irregularidades ou acidentes que venham a ocorrer na prestação dos serviços, não implicando em qualquer responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos, salvo se apurado e comprovado que qualquer irregularidade tenha decorrido de ação ou omissão funcional.

13.1.19. A inadimplência do CREDENCIADO, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CREDENCIANTE, nem poderá onerar o objeto deste Credenciamento, razão pela qual o CREDENCIADO renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Policlínica Naval de São Pedro da Aldeia ou a MARINHA DO BRASIL.

13.2. O CREDENCIANTE, deverá:

13.2.1. Fornecer materiais informativos e comunicados referentes às determinações administrativas que visem o gerenciamento do Credenciamento;

13.2.2. Dirimir as dúvidas do prestador do serviço (CREDENCIADO) sobre o objeto da contratação, no tocante às divergências ou inovações na política administrativa e assistencial do Sistema de Saúde da Marinha (SSM), notificando-a por escrito a respeito de irregularidades detectadas na execução dos serviços;

13.2.3. Auditar as faturas apresentadas e encaminhá-las para pagamento;

13.2.4. Colocar à disposição dos usuários a lista, com endereço, horário e especialidades, dos Credenciados, sem interferir na escolha do usuário;

13.2.5. Disponibilizar o setor de Ouvidoria desta Policlínica Naval para reclamações dos usuários, possibilitando que os mesmos denunciem qualquer irregularidade no atendimento pela CREDENCIADA; e

13.2.6. Notificar a CREDENCIADA as irregularidades constatadas pelo usuário em qualquer tipo de atendimento ou procedimento por ele executado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1. O prazo de vigência deste Termo de Credenciamento será contado a partir da data de sua assinatura.

14.2. Por se tratar de serviços contínuos, a vigência das contratações firmadas com o Credenciado terá prazo indeterminado.

14.3. A cada período de 12 meses, contados da assinatura do contrato, os credenciados deverão demonstrar a excelência dos serviços prestados e a continuidade do cumprimento dos requisitos de habilitação exigidos no instrumento convocatório.

14.4. Caberá ao Gestor e Fiscal do Contrato, por instrumento próprio, demonstrar a vantajosidade na continuidade da prestação do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO DESCREDENCIAMENTO

15.1. Desde que não prejudique a saúde dos beneficiários do Sistema da Marinha, a CREDENCIADA poderá solicitar formalmente à Comissão Especial de Credenciamento e Fiscalização e ao Fiscal do Contrato, o descredenciamento, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, observados os **itens 15.5 e 15.6** desta cláusula.

15.2. Caso a CREDENCIADA esteja em processo de apuração de irregularidades na prestação de seus serviços, não poderá se utilizar do previsto no **item 15.1** desta cláusula, enquanto não concluído o processo de apuração.

15.3. O CREDENCIANTE poderá, em se verificado o descumprimento de normas estabelecidas neste termo de Credenciamento, interromper temporariamente a sua execução até decisão exarada em processo administrativo sumário próprio que, observado o contraditório e a ampla defesa, comprovada a culpa ou dolo, decidirá pelo descredenciamento da instituição ou do profissional pertencente ao corpo clínico.

15.4. De acordo com os incisos I a VIII do artigo 78, da Lei nº 8.666/1993, o descredenciamento realizado com base nos motivos previstos na CLÁUSULA XVII do Termo de Credenciamento impedirá a instituição de pleitear novo credenciamento por interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses.

15.5. Os tratamentos em curso deverão ser concluídos pela entidade descredenciada, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa da Comissão Especial de Credenciamento.

15.6. O descredenciamento não eximirá a entidade das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RELAÇÃO EMPREGATÍCIA E DOS ENCARGOS SOCIAIS

16.1. As partes desde já ajustam que não existirá para o CREDENCIANTE qualquer solidariedade quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias para com os empregados da CREDENCIADA, cabendo a esta assumir, de forma exclusiva, todos os ônus advindo da relação empregatícia.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

17.1. Os contratos poderão ser rescindidos nos casos de inexecução total ou parcial, na incidência dos motivos citados no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, conforme abaixo descrito:

17.1.1. Determinado por ato unilateral e motivado da Administração, nos seguintes casos:

17.1.1.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular dos prazos, cláusulas e serviços contratados; Interrupção dos trabalhos por parte do CREDENCIADO, sem justa causa e prévia comunicação a Administração;

17.1.1.2. Atraso injustificado no início dos serviços;

17.1.1.3. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CREDENCIADO com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no contrato;

17.1.1.4. Não atendimento das determinações regulares emanadas da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste instrumento, assim como das de seus superiores;

17.1.1.5. Cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços, anotadas na forma do § 1º do art. 67, da Lei nº 8.666/1993;

17.1.1.6. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, bem como a dissolução da sociedade ou o falecimento do CREDENCIADO;

17.1.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da pessoa jurídica, que prejudique a execução do contrato;

17.1.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

17.1.1.9. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato; e,

17.1.1.10. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

17.1.2. Por acordo entre as partes, reduzida a termo no procedimento de credenciamento, desde que haja conveniência para a Administração e não prejudique a saúde dos beneficiários do FUSMA, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias;

17.1.2.1. Estando em processo de apuração de irregularidades na prestação de seus serviços, o CREDENCIADO não poderá solicitar a rescisão, enquanto não concluído o processo de apuração.

17.1.3. Por rescisão judicial promovida por parte do CREDENCIADO, se a Administração incidir em quaisquer das seguintes hipóteses:

17.1.3.1. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao credenciado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação; e,

17.1.3.2. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrente de serviços, ou parcelas destes, recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao credenciado

o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

17.2. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, observado o devido processo legal.

17.3. O CREDENCIADO poderá, no curso de processo de apuração das hipóteses de rescisão administrativa, interromper temporariamente a execução dos serviços, observado o limite fixado no subitem 17.1.3.1.

17.4. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas 17.1.1.8 e 17.1.1.9, do subitem 17.1.1 e subitem 17.1.3, sem que haja culpa do CREDENCIADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados, tendo direito a:

17.4.1. Devolução de garantia;

17.4.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

17.4.3. Pagamento do custo da desmobilização.

17.5. A rescisão unilateral por ato da Administração acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato:

17.5.1. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

17.5.2. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados a Administração.

17.6. É permitido a Administração, no caso de recuperação judicial do CREDENCIADO, manter o ajuste, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

17.7. Em caso de rescisão, os tratamentos em curso deverão ser concluídos por parte do CREDENCIADO, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa do CeIMSPA.

17.8. A rescisão não eximira o CREDENCIADO das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, o CREDENCIADO que, no decorrer deste processo:

18.1.1. Apresentar documentação falsa;

18.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos neste processo;

18.1.3. Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;

18.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

18.1.5. Cometer fraude fiscal;

18.1.6. Fizer declaração falsa;

18.1.7. Ensejar o retardamento do procedimento de credenciamento;

18.1.8. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

18.1.9. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, ou no Contrato.

18.2. O CREDENCIADO que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficara sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

18.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

18.2.2. Multa:

18.2.2.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal da contratação, ate o limite de 30 (trinta) dias;

18.2.2.2. Compensatória de ate 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato; e

18.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM SÃO PEDRO DA ALDEIA – MARINHA DO BRASIL, pelo prazo de ate 02 (dois) anos;

18.2.4. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de ate cinco anos; e

18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou ate que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.

18.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18.4. Também ficam sujeitas as penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

18.4.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

18.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.4.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurara o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

18.4.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado a Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.4.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados a Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.4.7. Caso a Contratante determine, a multa devera ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.4.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18.4.9. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

19.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior para efeito de não aplicação de multas, se satisfatoriamente justificados pelo CREDENCIADO perante a Marinha, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a realização dos serviços no local onde estiver sendo executado o objeto do acordo:

19.1.1. Greve geral;

19.1.2. Calamidade pública;

19.1.3. Interrupção dos meios normais de transporte;

19.1.4. Condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e

19.1.5. Outros casos que enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1. Para dirimir as controvérsias entre as partes, oriundas da execução do presente Termo de Credenciamento, fica eleito o Foro da Justiça Federal da cidade de São Pedro da Aldeia – RJ.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS CÓPIAS

21.1. Do presente Termo são extraídas as seguintes cópias:

21.1.1. uma para o CREDENCIANTE;

21.1.2. uma para a CREDENCIADA;

21.1.3. uma para a Diretoria de Saúde da Marinha;

21.1.4. uma, em extrato para publicação em DOU.

E por assim acordarem, as partes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas neste Termo que, lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes e testemunhas a seguir, a este ato presentes.

São Pedro da Aldeia-RJ, na data da assinatura.

LEANDRO RUBINO RAMOS
Capitão de Fragata (IM)
Ordenador de Despesas

CREDENCIADA
CNPJ
(Diretor ou especialidade médica)

Continuação do Termo de Credenciamento nº 91181/___-___/___ do CelMSPA.

(Credenciante)

(Credenciada)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Testemunha

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Testemunha